

**O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:  
CARACTERÍSTICAS E REPERCUSSÕES NOS INDICADORES  
ACADÊMICOS E NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS  
BENEFICIÁRIOS<sup>1</sup>**

**STUDENT ASSISTANCE PROGRAM: CHARACTERS AND  
REPERCUSSIONS IN ACADEMIC INDICATORS AND IN THE  
LIVING CONDITIONS OF BENEFICIARIES**

Junia Zacour Azevedo del Giúdice<sup>2</sup>  
Maria das Dores Saraiva de Loreto<sup>3</sup>  
Denilson Santos de Azevedo.<sup>4</sup>

**1. RESUMO**

Esta pesquisa teve por objetivo avaliar o Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, *campus* de Viçosa, MG, enquanto processo, examinando suas repercussões nos indicadores acadêmicos, bem como a percepção dos beneficiários sobre as ações da assistência e seus reflexos em suas condições de vida. O estudo de natureza quali-quantitativo fez uso de pesquisa bibliográfica e de questionário. Os resultados mostraram que estudantes em vulnerabilidade social estão tendo acesso a um curso superior, com condições de qualificação e aprimoramento do capital humano. A percepção dos estudantes acerca do Programa, de modo geral, revelou-se positiva quanto à interferência dos benefícios concedidos na vida familiar e

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG: Repercussões nos Indicadores Acadêmicos e na Vida Pessoal, Familiar e Social dos Beneficiários. Pesquisa realizada sem financiamento institucional.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: juniazacour@gmail.com

<sup>3</sup> (Orientadora) Pós-Doctor Família e Meio Ambiente Professora do Departamento de Economia Doméstica Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: mdora@ufv.br

<sup>4</sup> (Co-Orientador) Doutor em Educação, professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: dazevedo@ufv.br

em seus projetos de vida. Concluiu-se que o Programa é eficaz e alcança seus objetivos, tanto em termos do desempenho acadêmico quanto de oportunidades sociais.

**Palavras-Chave:** Avaliação de Programas Sociais. Assistência Estudantil. Repercussões.

## **2. ABSTRACT**

This research aimed to evaluate the Student Assistance Program, Federal University of Viçosa, Viçosa *campus*, MG, as a process, examining its impact on academic indicators, as well as the perception of the beneficiaries about the actions of assistance and its effects on their life conditions. A quantitative and qualitative study made use of bibliographic research and questionnaire. The results showed that students in social vulnerability are having opportunities to access and undertake a degree course, with qualifying conditions and enhancement of human capital. The students' perceptions about the Program, generally, was positive about the benefits of interference in family life and their life projects. We concluded that the Program is effective, depending on the scope of its objectives, both in terms of academic performance, as social opportunities.

**Keywords:** Evaluation of Social Programs. Student Assistance. Repercussion.

## **3. INTRODUÇÃO**

A avaliação de políticas e programas sociais tem tido grande relevância para o planejamento e a gestão governamental. O interesse por essa avaliação vem seguindo a adoção dos princípios da gestão pública empreendedora e as transformações das relações entre Estado e sociedade.

A avaliação pode subsidiar o planejamento e a formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implantação e ajustes, assim como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. É um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle sobre a efetividade da ação e divulgação de resultados.

Segundo Gomes (2001, *apud* SILVA, 2001), a avaliação de políticas sociais no Brasil tem uma dimensão política que deve ser resgatada no sentido de contribuir para a efetivação e universalização dos direitos de cidadania. Nesse sentido, a avaliação não pode ser entendida apenas como mecanismo de tomada de decisão técnica no âmbito das instituições, mas sim como geradora de informações para instrumentalizar as conquistas das lutas sociais. Para isso, deve-se enfatizar o envolvimento da população beneficiária dos programas sociais nos estudos avaliativos e a publicação dos resultados dessas avaliações. Deve-se ir além dos limites dos objetivos e metas do programa avaliado, compreendendo os elementos estruturais e conjunturais e incorporando as variáveis contextuais que interagem com o programa, ou seja, a avaliação deve-se voltar para captar mudanças nas condições de vida de determinado grupo ou população, superando a concepção da avaliação como simples medida de desvio entre o esperado e o realizado no campo das políticas sociais.

Há diferentes maneiras de se realizar uma avaliação como, por exemplo, avaliar processos durante o período de implantação das políticas e dos programas governamentais, com foco na análise de sua eficiência e eficácia, buscando determinar a compatibilidade com os fins almejados. É realizada durante a execução do programa, procurando detectar dificuldades no planejamento, na administração, no controle etc., para serem corrigidas oportunamente, diminuindo os custos derivados da ineficiência. Pode-se, também, analisar a relação custo-benefício, aferindo o grau de otimização dos recursos disponíveis, tanto econômicos quanto políticos. Essa análise afeta a organização e as operações, mas não consiste de um balanço final e sim de avaliação periódica para medir a eficiência da operacionalização (COHEN;FRANCO, 2011).

Com respeito aos programas de assistência estudantil, há poucos estudos avaliativos sobre seu processo. Além disso, é cada vez mais intensa a demanda por benefícios para estudantes universitários em face da situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias brasileiras. Pesquisas realizadas sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do ensino superior, das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), mostram que 44% são de famílias com renda até três salários mínimos (NASCIMENTO, 2011).

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi avaliar o Programa de Assistência Estudantil<sup>5</sup> da Universidade Federal de Viçosa, UFV, *campus* de Viçosa, MG, enquanto processo, examinando suas repercussões nos indicadores acadêmicos e a percepção dos beneficiários quanto à assistência e seus reflexos em suas condições de vida.

Considerou-se que os resultados da pesquisa podem subsidiar as decisões cotidianas e operativas do Programa, bem como o desempenho das ações, o alcance dos objetivos propostos e a magnitude das mudanças.

#### **4. METODOLOGIA**

Esta pesquisa, classificada como descritiva e exploratória, com enfoque metodológico qualitativo e quantitativo, foi conduzida na Universidade Federal de Viçosa, *campus* de Viçosa – Minas Gerais – Brasil.

A unidade empírica de análise deste estudo foram as ações que compõem o Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa-MG. A amostra estudada foi retirada da população assistida pelo Programa, isto é, os estudantes em vulnerabilidade social que recebiam os benefícios moradia, alimentação, manutenção e creche/pré-escola e que estavam no último ano da graduação, ou seja, os formandos de 2012.

A coleta de dados foi realizada inicialmente por meio de pesquisa documental sobre as ações desenvolvidas pela UFV, na área de assistência estudantil, em linhas gerais, e sobre os indicadores acadêmicos. Posteriormente, foram aplicados questionários a 61 estudantes, equivalente a 16,8% da população total, para verificar a percepção dos estudantes em relação ao programa.

Os indicadores acadêmicos pesquisados foram o coeficiente de rendimento acadêmico e os índices de retenção e evasão. A percepção dos estudantes foi analisada por meio de questões sobre a importância da assistência estudantil, de modo geral, para os estudantes; a influência da assistência estudantil na continuidade dos estudos e como uma oportunidade de adquirir conhecimento e capacitação, proporcionando aos

---

<sup>5</sup> Denomina-se Programa de Assistência Estudantil o conjunto das ações realizadas nas áreas de saúde, alimentação, moradia, esporte e lazer.

estudantes melhores condições de se inserirem no mercado de trabalho, com abordagem na questão do investimento em capital humano, e, finalmente, a interferência do Programa em suas vidas.

A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio da estatística descritiva, utilizando-se média, frequência, porcentagem e análises tabulares e gráficas. Os dados qualitativos foram a interpretação das mensagens escritas, primeiramente com uma leitura flutuante e exploratória de todas as respostas e, posteriormente, pela análise de cada uma das respostas, inferindo as ideias registradas.

## **5. REVISÃO DE LITERATURA**

A necessidade de promover ações de assistência estudantil é, sem dúvida, extremamente importante para as instituições de ensino superior e para a sociedade, como compromisso de atendimento das demandas sociais. Essas ações são evidenciadas como forma de permitir o acesso dos jovens às atividades acadêmicas e como possibilidade de permanecerem nos estudos, prevenindo a retenção e a evasão.

A realidade brasileira aponta para um crescimento do sistema educacional brasileiro na última década, especialmente em relação ao ensino superior. De acordo com a análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2011, a proporção de jovens estudantes de 18 a 24 anos que cursavam o nível superior cresceu de 27,0% em 2001 para 51,3% em 2011 (IBGE, 2012).

Apesar dos avanços, o número de brasileiros ingressos em curso superior ainda é pequeno, representando aproximadamente metade da referida população de jovens. Isso demonstra a importância da assistência estudantil, que pode contribuir para a redução da desigualdade social e da dificuldade de acesso de um número significativo de jovens.

A assistência estudantil está prevista em leis e é estratégica para permitir que jovens, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tenham a oportunidade de ingressar em um curso superior. A educação desempenha um papel de suma importância para o desenvolvimento sociocultural e econômico do indivíduo, principalmente em uma sociedade em que o conhecimento e o

aprimoramento de novas competências técnicas e científicas são fundamentais para se inserir no mercado de trabalho.

A Carta Magna Brasileira de 1934 foi a primeira a se manifestar sobre a assistência estudantil. Consta, no Art. 157, Parágrafo Segundo, que uma parte dos recursos deveria ser aplicada em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica (BRASIL, 1934). Posteriormente, a assistência estudantil foi reafirmada pelas Constituições de 1946, 1967 e 1988.

Especificamente, em termos de política educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 20/12/1996, trouxe dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca o Art. 3º que estabelece que “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (...)” Além disso, determina que “a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”, conforme Lei nº. 9.394, de 29/12/96, Art. 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI (BRASIL, 1996).

Considerando as práticas sociais, o Plano Nacional de Educação, atendendo à reivindicação direta do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), apresenta como um dos objetivos e metas a adoção de programas de assistência estudantil, tais como bolsa de trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico (BRASIL, 2001, p. 94).

Nesse contexto, então, foi elaborado, pelo FONAPRACE, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, contendo as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos com ações assistenciais estudantis. O Plano foi embasado em pesquisas realizadas por esse Fórum, nos períodos de 1996 a 1997 e de 2003 a 2004, nas Instituições Federais de Ensino Superior, sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação.

O Plano culminou na criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação, regulamentado pelo Decreto nº. 7.234, de 2010, da Presidência

da República. O PNAES tem por objetivo garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. O Programa apresenta como meta o estímulo à adoção de programas de assistência estudantil, destinados a apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade social que demonstrem bom desempenho acadêmico (ANDIFES, 2007).

A implantação do referido Programa representa a garantia de repasse de recursos da matriz orçamentária do Ministério da Educação destinada às IFES, exclusivos à assistência estudantil.

Apesar de o princípio da assistência estudantil estar previsto em Lei, as universidades, em que pesem os esforços de seus administradores, encontram fortes restrições para fazerem cumprir os próprios preceitos das leis e do Plano Nacional de Educação, pois os recursos repassados às IFES são insuficientes.

Atreladas à insuficiência de recursos para a assistência estudantil, estão as ações e políticas governamentais voltadas para a democratização do acesso e da permanência no ensino superior, bem como da expansão da oferta, como demonstrado nos resultados do Censo da Educação Superior 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC). Essas ações reafirmam a tendência de ampliação do atendimento nesse nível de ensino ao longo da década. O referido censo mostra que o número de matrículas nos cursos de graduação aumentou 110,6% no período de 2001 a 2010. São ao todo 2.377 instituições de ensino superior em todo o Brasil, que oferecem 29,5 mil cursos (BRASIL, 2010).

Vários fatores podem ser atribuídos a essa expansão, pela ótica da demanda, como o crescimento econômico alcançado pelo Brasil, nos últimos anos, que vem estimulando uma busca do mercado de trabalho por mão de obra mais especializada. Em contrapartida, o somatório das políticas públicas de incentivo à permanência na educação superior, permite que os estudantes tenham acesso e concluam seus cursos.

Nesse contexto insere-se a Universidade Federal de Viçosa, que, desde suas origens, em 1926, como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), desenvolve ações que propiciam a permanência dos estudantes na Instituição. As

primeiras instalações do conjunto arquitetônico do *campus* de Viçosa foram construídas em um terreno que era de uma fazenda, embasadas nos *Land Grant Colleges* norte-americanos, escolas agrícolas. Constavam de três edifícios: a Casa do Diretor, atual Reitoria; o Edifício Arthur Bernardes (Prédio Principal), destinado ao corpo administrativo, departamentos, salas de aulas e laboratórios, e o Edifício Bello Lisboa, para alojamento masculino e refeitório. A justificativa para a construção do alojamento era a permanência dos estudantes na instituição em tempo integral, uma vez que a Universidade fundamentava-se na atuação em três campos básicos: ensino, pesquisa e extensão.

O atendimento na área da saúde iniciou-se em 1933, com a contratação de um médico com dedicação em tempo integral, para atendimento dos doentes. Havia um Serviço de Saúde, entretanto os pacientes eram atendidos pelos médicos da cidade (BORGES et al., 2006).

Em 1948, aconteceu uma primeira expansão significativa da instituição, passando a ser denominada Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Nessa época, iniciaram-se várias obras, destacando-se a construção de ampla Praça de Esportes, com um ginásio coberto. A prática de esportes era comum entre os estudantes, como diversão, predominando os desportos coletivos, principalmente futebol, vôlei e basquete.

Em 1952, com a criação do curso de Economia Doméstica, caracteristicamente voltado para estudantes do sexo feminino, surgiu a necessidade de construir mais unidades de alojamentos e, em 1963, foi inaugurado o prédio de Alojamento Feminino.

Em 1964, o refeitório obteve a sua sede própria, com as características de uma unidade de alimentação e nutrição de grande porte, com a criação do Centro Social (BORGES et al., 2006). Em 1976, o restaurante foi ampliado e passou a fornecer 2.500 refeições por dia. Em 2012, o número era de aproximadamente 10.500 em dias letivos, incluindo café da manhã, almoço e jantar, considerando que são dois restaurantes universitários na instituição, de acordo com relatórios da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD).

Segundo UFV (2010), a PCD foi criada em 13 de março de 1978 para atender às necessidades de descentralização da Reitoria, em face do crescimento da UFV, vindo a substituir, então, a Divisão de Assistência. A sua finalidade principal era coordenar as

atividades relacionadas com a promoção do bem-estar social da comunidade universitária, especialmente dos estudantes, e proporcionar-lhes a oportunidade de desenvolver atividades esportivas, artísticas e culturais. Em 2012, verificou-se que estavam vinculados à PCD a Divisão de Alimentação, a Divisão de Assistência Estudantil, a Divisão de Esporte e Lazer, a Divisão Psicossocial e a Divisão de Saúde, com seus programas e projetos, que necessitam ser avaliados para o aprimoramento de suas ações.

### **5.1 Avaliação de Programas e Projetos Sociais**

A avaliação é o exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em funcionamento, que contemple seu desempenho, sua implementação e seus resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto<sup>6</sup>, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos. A avaliação serve como guia para os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de determinada política ou programa. (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Franco (1971, *apud* COHEN; FRANCO, 2011, p. 73) define avaliação como a fixação do valor de uma coisa e que, para ser feita, requer um procedimento mediante o qual se compara aquilo que será avaliado com um critério ou padrão determinado. Cohen e Franco (2011) destacam que a avaliação é uma atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção dos seus fins e eficiência na alocação de recursos para sua consecução. As avaliações de processo buscam melhorar a eficiência operacional dos programas ou projetos, com o fim de realizar correções ou adequações para seu prosseguimento. Este tipo de avaliação afeta decisões cotidianas e operativas, e os usuários da avaliação serão os próprios funcionários que administram o projeto ou programa.

---

<sup>6</sup> Eficácia é a relação entre alcance de metas e tempo ou, em outras palavras, é o grau em que se alcançam os objetivos e as metas do programa em determinado período de tempo, sem considerar os custos implicados. Eficiência é a relação entre custo e benefícios. Efetividade é a relação entre os resultados e o objetivo. É a medida do impacto ou do grau de alcance dos objetivos. Impacto é o resultado do programa que pode ser atribuído exclusivamente às suas ações, após a eliminação dos efeitos externos (COHEN;FRANCO, 2011).

A avaliação de programas e projetos sociais, de acordo ainda com os autores supracitados, tem um papel importante na racionalização e é um elemento básico do planejamento. Para isso, deve-se ter metodologias adequadas para a formulação e avaliação, já que, em situação de escassez de recursos e incremento das necessidades, será imprescindível a tarefa de comparar, escolher e descartar projetos alternativos, procurando aumentar a racionalidade das opções adotadas. Assim, torna-se necessário avaliar, verificando conformidades, valores, fazendo com que este processo seja um instrumento essencial para que as pessoas e a organização possam fazer escolhas conscientes a respeito dos esforços e investimentos alocados na intervenção. A avaliação periódica pode indicar continuidade dos cursos de ação anteriormente escolhidos, apontar direcionamento de rotas ou ainda replanejamento das ações.

A avaliação do Programa de Assistência Estudantil da UFV foi realizada com o intuito de verificar a abrangência das ações, com vistas à determinação de sua efetividade e à relevância de seus objetivos. Por se tratar de uma política de inclusão, a avaliação foi realizada focando-se principalmente os aspectos relacionados ao fato de proporcionar, aos estudantes de baixa condição socioeconômica, o acesso e a permanência em um curso superior, visando obter uma capacitação que permita o ingresso no competitivo mercado de trabalho em melhores condições. Significa, então, verificar como os estudantes percebem a assistência estudantil nesse contexto e como a assistência estudantil pode ser um instrumento para o estudante investir em sua capacitação, entendido como investimento em capital humano.

## **5.2 Capital Humano - Conceitos e interfaces**

Numa sociedade em que passam a figurar os desafios impostos pela globalização, onde a inovação é fator decisivo na competição global, o conhecimento passa a ser um dos recursos mais importantes, ou seja, passa a ser o recurso ou o capital que possibilita as organizações e as pessoas se diferenciarem para melhor competirem e obterem melhor posição. Como toda expansão de recurso necessita de investimento, investir em conhecimento significa investir nas pessoas e, portanto, em capital humano (ZAMBERLAN; POZZOBON, 2010).

Gary Becker, na década de 1970, iniciou estudos sobre o capital humano em virtude da preocupação cada vez maior com os problemas de crescimento econômico e melhor distribuição de renda. De acordo com Becker, o capital humano é um conjunto de capacidades produtivas que uma pessoa pode adquirir pela acumulação de conhecimentos gerais ou específicos, que pode ser utilizado na produção de riqueza (BECKER, 1983).

Estudos realizados por Camargo e Almeida (1994), analisando a relação entre investimento em capital humano e pobreza, e por Soares e Gonzaga (1997), por meio de pesquisa sobre a influência da escolaridade na determinação dos salários da força de trabalho brasileira, reeditam a discussão da teoria do capital humano, que atribui as diferenças salariais dos trabalhadores aos seus diferentes níveis de instrução.

Dessa forma, a decisão dos indivíduos de investir em educação é determinada, considerando-se seus custos e benefícios, como melhores ganhos monetários, maior nível cultural e melhores ocupações no mercado de trabalho. Considera-se que o nível de capital humano de uma população influencia o sistema econômico de diversas formas, com o aumento da produtividade, dos lucros, do fornecimento de maiores conhecimentos e habilidades, contribuindo com a sociedade de forma individual e coletiva.

Nesse contexto, inserem-se as universidades, na construção do conhecimento, por meio da educação, e na formação de capital humano, para melhor produzir, inovar e competir em um mercado de consumo exigente. A realidade brasileira revela que apenas 51,3% dos jovens, na faixa etária entre 18 e 24 anos, frequentam as universidades (IBGE, 2012). Dentre os diversos motivos, destaca-se a dificuldade de acesso, em função da falta de recursos financeiros e da vulnerabilidade social. Nesse sentido, evidencia-se a importância da adoção de políticas pautadas na garantia dos direitos sociais e de cidadania e de ações de apoio e assistência aos estudantes, com a finalidade de permitir que jovens capacitados possam desenvolver-se e ocupar papéis estratégicos na sociedade.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **6.1. Caracterização do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa – MG**

As ações na área de assistência estudantil baseiam-se no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e se concentram nas áreas de saúde, alimentação, moradia, esporte e lazer. Aos estudantes de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a UFV concede moradia em seus alojamentos, alimentação nos restaurantes universitários (RU), assistência à saúde e orientação psicossocial. Em 2012, a UFV atendia a 1.782 estudantes, representando aproximadamente 15% de todos os estudantes de graduação matriculados na instituição, com os auxílios nas modalidades de “bolsas” e “serviços”<sup>7</sup>: Serviço de Moradia, Serviço de Alimentação, Bolsa-Moradia, Bolsa de Manutenção e Bolsa-Creche/Pré-Escola. Eram beneficiados com Serviço de Alimentação (alimentação gratuita nos RU) 1.782 estudantes; com Serviço de Moradia, 1.389 estudantes, ou seja, morando nos alojamentos da UFV; com Bolsa-Moradia, 133 estudantes, que recebiam recursos para auxiliar no pagamento do aluguel na cidade; com Bolsa de Manutenção, 385 estudantes, recebendo recursos para dar suporte à sua permanência na universidade, e com Bolsa-Creche/Pré-Escola, 16 estudantes, com acesso ao auxílio para pagamento de creche para seus filhos menores (UFV, 2007 a 2011).

De acordo com informações obtidas no Serviço de Bolsa, em 2012, a cota disponível para os atendimentos vinha acompanhando a demanda, principalmente depois da implantação do PNAES, ou seja, todas as solicitações de moradia e alimentação, que se enquadravam nos critérios de vulnerabilidade social devidamente comprovada, dentro dos prazos estabelecidos, foram atendidos.

### **6.2. Perfil dos Beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa - MG**

---

<sup>7</sup> Os “serviços” consistem de concessões gratuitas de vaga para moradia nos alojamentos e de alimentação no Restaurante Universitário, sem a exigência de contrapartida e as “bolsas”, a concessão de recursos financeiros.

Analisando os dados pessoais dos estudantes, constatou-se que 51% eram do sexo feminino e 49% do sexo masculino, sendo a maioria solteira (95%) e na faixa etária de 18 a 24 anos (62%). Os demais, 31%, estavam na faixa etária entre 25 e 30 anos, e 7% com idade de 31 a 40 anos. Com relação à origem escolar, 78% cursaram o Ensino Médio em escola pública, e 10% frequentaram a escola particular, mas com bolsa. A situação de trabalho dos estudantes mostra que 30% exerciam atividades remuneradas, comparativamente aos 49% sem estas ocupações.

Os cursos que os estudantes realizam na UFV foram agrupados por Centros de Ciências, conforme Gráfico 1. Observa-se uma distribuição mais ou menos homogênea, sendo notada uma pequena diferença na área das Ciências Humanas, o que pode ser justificado pelo fato de concentrar maior número de cursos noturnos, muito procurados para conciliar com horários de trabalho formal.

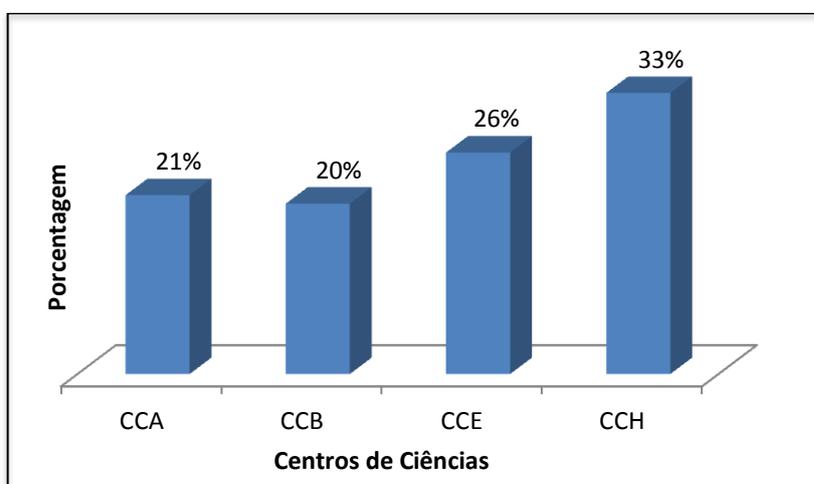


Gráfico 1 - Distribuição dos cursos dos beneficiários do Programa de Assistência Estudantil por Centros de Ciências da UFV, *campus* de Viçosa-MG.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados encontrados são muito semelhantes aos da pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), no intuito de conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Os dados da pesquisa, realizada em 2010, mostram que aproximadamente 54% dos estudantes são

do sexo feminino e 46% são do sexo masculino. A faixa etária é de até 24 anos para 75% dos estudantes e a grande maioria é de solteiros; 45% dos estudantes são oriundos de escolas públicas e 50% cursaram a maior parte do ensino médio em escola pública. Moram em residências universitárias 2,5% dos estudantes das federais e mais de um terço trabalha. Das famílias dos estudantes, 41% recebem até três salários mínimos e 67% pertencem às classes B2, C, D e E<sup>8</sup>. Outros itens pesquisados mostraram que os estudantes optam pelas IFES pelo caráter de gratuidade da Universidade (83,69%) ou pela qualidade do ensino (53,03%) (NASCIMENTO, 2011).

### **6.3. Assistência Estudantil**

Com relação à assistência estudantil, foi solicitado aos participantes que identificassem os benefícios concedidos. A grande maioria, aproximadamente 80% dos estudantes, possuía o benefício alimentação e 91% possuíam o benefício moradia, sendo que, destes, 52% eram moradores dos alojamentos, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Os participantes poderiam marcar mais de uma opção, mesmo porque os benefícios poderiam ser acumulados, ou seja, um estudante poderia usufruir dos benefícios moradia e alimentação ao mesmo tempo ou acumular os benefícios moradia com Bolsa de Esporte ou Bolsa de Arte. Nenhum estudante marcou a opção Bolsa-Creche.

---

<sup>8</sup> O CCEB, Critério de Classificação Econômica Brasil, é um instrumento de segmentação econômica que utiliza o levantamento de características domiciliares (presença e quantidade de alguns itens domiciliares de conforto e grau escolaridade do chefe de família) para diferenciar a população. O critério atribui pontos em função de cada característica domiciliar e realiza a soma destes pontos. É feita então uma correspondência entre faixas de pontuação do critério e estratos de classificação econômica definidos por A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, E. Disponível em [www.abep.org.br](http://www.abep.org.br).

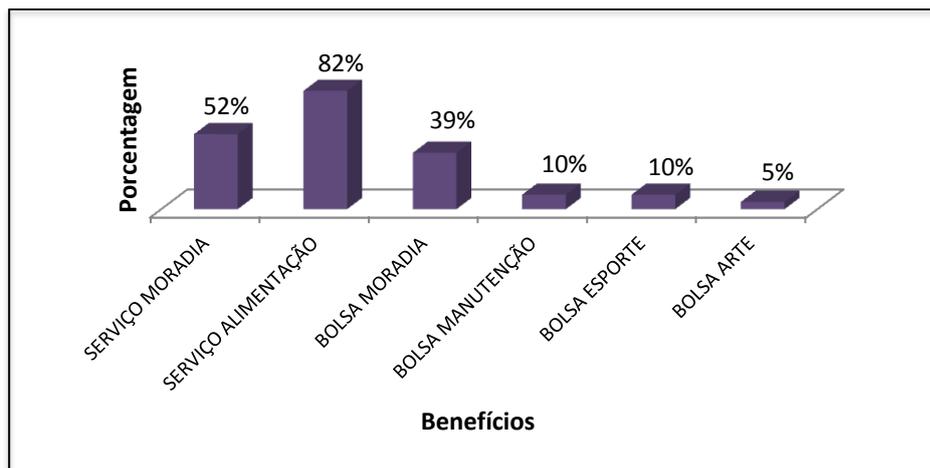


Gráfico 2 - Porcentagem de estudantes da UFV, *campus* de Viçosa-MG, que utilizam as bolsas e serviços.

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se maior concentração de estudantes beneficiários de moradia e alimentação, consideradas como componentes básicos para a permanência dos estudantes, uma vez que representam os maiores custos para eles. Na percepção de 56% dos estudantes, os benefícios concedidos eram suficientes no sentido de que supriam as necessidades de moradia e alimentação, de acordo com os objetivos propostos, como citado a seguir:

O recurso é suficiente para me manter em Viçosa, porém, minha mãe ainda tem que arcar com alguns outros custos, por exemplo, materiais acadêmicos (Part. n. 06, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

O recurso é suficiente visto que os demais gastos podem ser sanados com bolsas como em ensino, pesquisa e extensão. Já fui beneficiada com bolsa como tais e acredito que o estudante que se esforça o suficiente para adquirir um bom desempenho alcança o necessário para se viver na cidade de Viçosa (Part. n. 32, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Por outro lado, 44% responderam que não, justificando que tinham que completar os gastos com alimentação e ainda tinham que comprar material didático etc. Citam-se alguns depoimentos, como exemplo:

É difícil expressar em dinheiro os benefícios que recebo, mas quando respondi que estes são insuficientes me referi às condições físicas dos alojamentos em que moramos, além de o restaurante universitário não fornecer jantar nos fins de semana. (Part. n. 41, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Para mim que moro no alojamento é bom, mas para os outros que moram na rua o dinheiro disponibilizado dificilmente cobre todos os gastos de aluguel, condomínio, água e luz (Part. n. 61, CCB, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Os custos com material didático são relativamente altos, principalmente em determinados cursos, que exigem materiais para aulas práticas, em laboratórios, livros, xerox, apostilas, etc. Além disso, os RU não funcionam nos finais de semana à noite, oferecem somente café da manhã e almoço, e os estudantes têm que utilizar alternativas para atender a essas necessidades. Há também os gastos com lanches nos intervalos das principais refeições.

O acesso a bolsas de pesquisa e extensão também foi abordado nos questionários aplicados. Os estudantes respondiam se obtiveram ou não tais bolsas e se as mesmas interferiram no rendimento acadêmico e de que forma. Os resultados indicam que 61% obtiveram as bolsas de pesquisa em Iniciação Científica, 28% obtiveram bolsas de extensão, 15% obtiveram outros tipos de bolsas e apenas 16% não obtiveram tais bolsas. Destes, 98% relataram que a interferência no rendimento acadêmico foi positiva, conforme as citações:

Melhorou meu desempenho como estudante, maior participação em eventos científicos, mais leituras e desenvolvimento do pensamento crítico (Part. n. 1, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Oportunidade de explorar, desenvolver, envolver e aprender com erros e acertos tanto os relacionados com o tema quanto pessoal. Contribui para o amadurecimento das ideias, da certeza se esse é o curso que quero fazer e quais são as ações e atividades que posso fazer enquanto estudante e possível profissional da área (Part. n. 4, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos).

Essa integração do ensino com a pesquisa e extensão repercute no desenvolvimento científico e tecnológico dos estudantes e, portanto, no seu ingresso no mercado de trabalho, bem como em cursos de pós-graduação.

#### **6.4. Indicadores Acadêmicos**

O coeficiente de rendimento acadêmico é um instrumento de medida de rendimento, empregado por muitas instituições de ensino, com o objetivo de ter a informação dos estudantes sobre o aproveitamento dentro de um período letivo ou durante toda a realização do curso. É utilizado como mais um item de avaliação do estudante para a concessão de bolsas de pesquisa e extensão, bolsas de estudos e vagas para pós-graduação, mestrados, doutorados.

De acordo com dados obtidos no Registro Escolar da UFV, o coeficiente de rendimento acadêmico é um índice que mede o desempenho do estudante em cada

período ou semestre letivo. Consiste na média ponderada das notas obtidas nas disciplinas cursadas e é considerado peso o número de créditos das respectivas disciplinas. O rendimento acadêmico insuficiente em cada período é caracterizado por coeficiente de rendimento inferior a 60.

O coeficiente de rendimento acadêmico dos beneficiários do Programa de Assistência Estudantil é monitorado pelo Serviço de Bolsa, que faz o acompanhamento periodicamente para verificar as interferências dos benefícios na vida acadêmica dos estudantes. Como demonstrado no Gráfico 3, o desempenho acadêmico dos beneficiários apresenta um coeficiente de rendimento na média entre 70 e 80. Isso significa que os benefícios interferem positivamente no rendimento acadêmico dos estudantes, como poderá ser visto adiante.

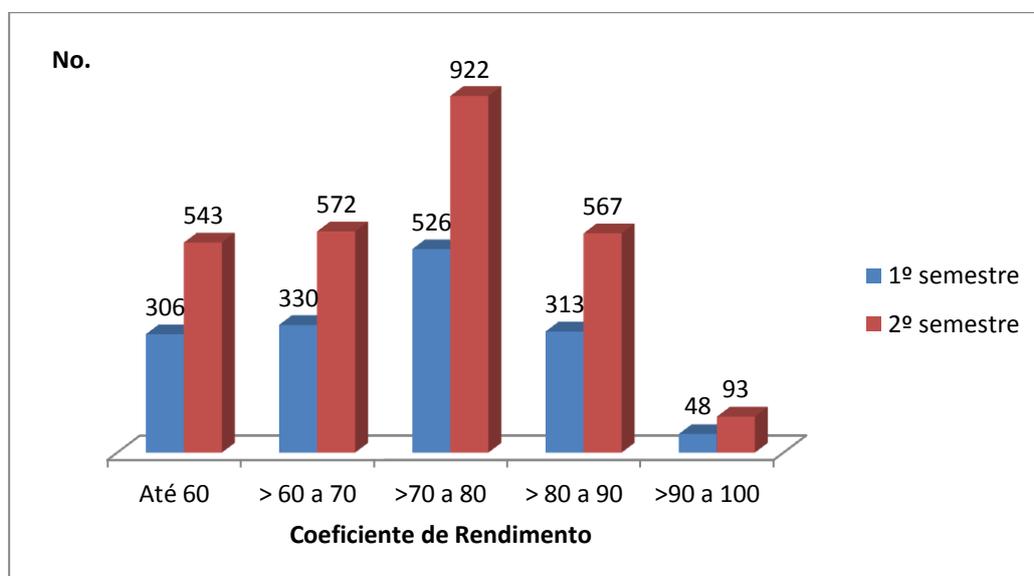


Gráfico 3 – Coeficiente de rendimento dos beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UFV, *campus* de Viçosa-MG, em 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.

Acredita-se que o bom rendimento advém do esforço do próprio estudante e da estabilidade conferida pela aquisição dos benefícios, que motivam os estudantes a continuarem com os estudos, diminuindo suas preocupações inclusive em momentos cruciais, como na realização de provas e trabalhos acadêmicos. Outro fator que pode ser atribuído é que a UFV conta também com uma Unidade de Apoio Educacional -

Tutoria, que fornece apoio acadêmico-pedagógico aos estudantes com deficiência de conhecimentos prévios em Português, Matemática, Biologia, Física e Química.

Com relação à interferência dos benefícios recebidos no rendimento acadêmico, 97% dos estudantes consideraram que a interferência era positiva, principalmente quando relataram que as preocupações diminuem e o fato de ter onde morar e se alimentar se traduz em segurança e tranquilidade e, com isso, podem se dedicar melhor aos estudos. O fato de morar dentro do *campus*, nos alojamentos, constitui um elemento importante também para os estudos, relacionado ao ganho de tempo, pois estão perto da biblioteca e dos prédios de aulas. Fatores como estes são incentivos para que o estudante permaneça na universidade e conclua seu curso no tempo- padrão exigido para cada curso de graduação da UFV.

Outro indicador acadêmico estudado foi a evasão, que é, certamente, um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral. A busca de suas causas tem sido objeto de muitos trabalhos e pesquisas educacionais. Constitui um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. De modo geral, as instituições dão como principal razão da evasão a falta de recursos financeiros para o estudante prosseguir nos estudos. É, também, o que o estudante declara quando perguntado sobre a principal razão da evasão. No entanto, verifica-se, na literatura, que essa resposta é uma simplificação, uma vez que as questões de ordem acadêmica, as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição constituem fatores que desestimulam o estudante a concluir o curso (FILHO et al., 2007).

De acordo com os referidos autores, a evasão pode ser medida em uma instituição de ensino superior, em um curso, em uma área de conhecimento, em um período de oferta de cursos e em qualquer outro universo. No estudo interno, realizado por uma IES, a evasão pode ser medida pela simples organização das informações disponíveis nos setores de registro e controle acadêmico. O estudo pode ser mais detalhado, quando há um acompanhamento da evasão, registrando-se os diversos casos, agrupando e analisando subgrupos ou diferentes situações (cancelamento, trancamento, transferência, desistência, por exemplo) e, a partir daí, organizando tabelas e gráficos que demonstrem a evolução da evasão para buscar formas de combatê-la com fundamento nos resultados.

Neste trabalho, a ideia é demonstrar, em um recorte temporal, de acordo com os dados disponibilizados pelo Registro Escolar da UFV e o Serviço de Bolsa da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, a evolução da evasão dentre os estudantes matriculados na UFV e os beneficiários do Programa de Assistência Estudantil.

No Gráfico 4, apresenta-se a evolução da evasão na UFV, no período de 2007 a 2012, comparada com os estudantes que são beneficiários do Programa de Assistência Estudantil, ou seja, estudantes que recebem os auxílios nas modalidades de “Bolsas” e “Serviços”.

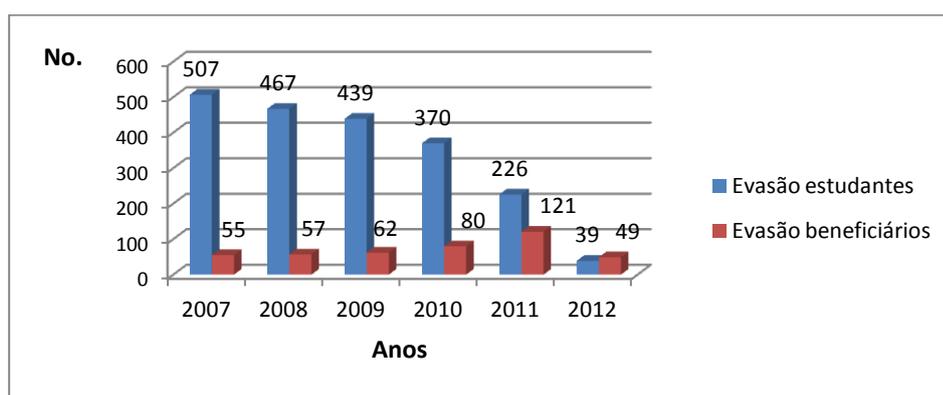


Gráfico 4 – Comparativo da evolução da evasão entre o total de matriculados na UFV e os beneficiários do Programa de Assistência Estudantil, do *campus* de Viçosa-MG.

Fonte: Registro Escolar da UFV.

Observa-se que a evasão da UFV vem decrescendo ao longo do tempo, enquanto o número de matriculados cresce a cada ano, em razão do aumento do número de vagas e de cursos oferecidos no referido período. Destaca-se que, em 2012, foram considerados os números somente do primeiro semestre letivo, por isso uma representação menor.

Em 2011, o índice estava em torno de 3,7% entre os beneficiários e 2% entre os demais estudantes. Apesar de se perceber que o número de evasões entre os beneficiários do Programa de Assistência Estudantil apresenta um ligeiro crescimento ao longo do período, com tendência à diminuição em 2012, os índices da UFV, de modo geral, entre todos os estudantes matriculados na Instituição, vêm decrescendo. Portanto, considera-se que a falta de recursos financeiros seja o principal causador da evasão de

estudantes e que a assistência estudantil promovida contribui muito para a permanência dos estudantes menos favorecidos na Instituição.

Um estudo realizado pelo Ministério da Educação, a partir de dados preliminares do Censo da Educação Superior de 2010, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos anos de 2009 e 2010, aponta que o percentual de alunos que deixaram o ensino superior antes da conclusão de seus cursos em instituições privadas foi de 15,6%. No mesmo período, entre os alunos contemplados com bolsas do programa do governo federal, PROUNI, esse percentual foi de apenas 4%. Isso demonstra que os apoios concedidos incentivam os estudantes a continuarem com os estudos (BRASIL, 2010).

Segundo Lobo (2012), o Brasil tem poucos estudos sistemáticos e confiáveis sobre as causas de evasão no ensino superior, mas normalmente são atribuídas à qualidade da educação básica, limitação das políticas de financiamento ao estudante, que, mesmo com o FIES e o PROUNI, ainda são insuficientes, além da precocidade da escolha da especialidade profissional. As taxas de evasão do Brasil, nas IES públicas e privadas, estão numa média anual de 11,9%, de acordo com dados do INEP / MEC, de 2005 a 2009.

Na UFV não há nenhum estudo mais aprofundado sobre evasão, somente um acompanhamento institucional. De acordo com informações obtidas no Registro Escolar da UFV, é realizado também um acompanhamento do índice de diplomação. No ano de 2011, o índice de diplomação da UFV foi de 85% e a média dos últimos cinco anos foi de 82,54%. A meta proposta pelo REUNI é de um índice de 90% de diplomação, portanto, os índices da UFV estão bem próximos dessa meta.

No que se refere à retenção, um levantamento realizado comprova que os estudantes que são beneficiários do Programa de Assistência Estudantil conseguem concluir seus cursos no tempo padrão exigido para cada curso. Os registros encontrados mostram que há na UFV, *campus* de Viçosa, estudantes beneficiários que ingressaram em 2006, ou seja, não há beneficiários atualmente que ingressaram anteriormente a esse ano. Os dados estão representados no Gráfico 5.

Somente três estudantes beneficiários ingressaram na UFV em 2006 e cinco em 2007, representando 0,4%. O restante, que constitui a grande maioria, está na UFV há quatro ou cinco anos, que é considerado o tempo médio para conclusão dos cursos de

graduação oferecidos na Instituição. Dessa forma, tais resultados comprovam a importância da assistência estudantil na vida acadêmica, proporcionando ao estudante condições de concluir seu curso no tempo padrão exigido para cada curso.

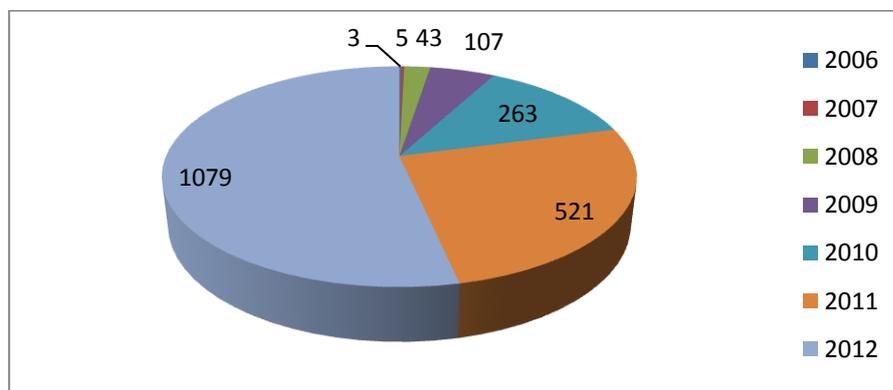


Gráfico 5 – Número de beneficiários atuais do Programa de Assistência Estudantil por ano de ingresso na UFV, *campus* de Viçosa-MG.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na UFV também não há índices. As causas são diversas: mudança de curso pelos estudantes, afastamento por motivo de saúde, dentre vários outros. Porém, considerou-se importante verificar se havia um número alto de beneficiários permanecendo na UFV, além do tempo padrão para conclusão do curso de graduação, que é de 4 a 5 anos, o que não foi encontrado.

## 6.5. Percepção dos estudantes

### 6.5.1. Interferência dos Benefícios Concedidos na Vida Familiar

A análise da percepção dos estudantes quanto à interferência dos benefícios na vida familiar demonstra que 61% consideram que contribuíram significativamente para sua manutenção na Universidade, permitindo a continuidade dos seus estudos. Uma estudante relata:

“minha mãe é a única que trabalha em minha casa, sem carteira assinada, recebendo 1,0 SM, sendo assim, sem esse benefício não seria possível completar meus estudos, pois não haveria condições de me manter aqui em Viçosa e manter a casa com esse salário” (Part. n. 18, CCA, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Para 38%, o Programa significou uma grande ajuda no orçamento familiar, um alívio nas despesas e a possibilidade de investir em outras necessidades da família. Como exemplo, cita-se o depoimento: “representa uma considerável economia no orçamento familiar, visto que a renda familiar advém apenas de minha mãe que é viúva” (*Part. n. 06, CCA, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

O apoio oferecido aos estudantes permitiu também o investimento na formação do estudante, com sua participação em cursos, congressos, compra de livros etc. Para uma estudante representou “um gasto a menos no orçamento. O dinheiro economizado é investido inteiramente na minha formação, participação em congresso, cursos, livros, etc.” (*Part. n. 09, CCB, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

Os depoimentos evidenciam a importância dos benefícios em termos de moradia e alimentação na realização do curso superior, bem como em atividades formativas afins. A assistência estudantil interfere na formação dos estudantes, na sua vida pessoal, social e familiar, criando condições para sua manutenção na universidade e representando, também, uma grande ajuda no orçamento familiar, com a diminuição das despesas.

Para 59% dos estudantes beneficiados, as famílias completavam suas despesas, com valores variando de R\$100,00 (cem reais) a R\$400,00 (quatrocentos reais), de acordo com as necessidades. Os estudantes também exerciam alguma atividade remunerada (80%), como tutoria, monitoria, bolsas de pesquisa ou de ensino ou de extensão, estágio remunerado, aulas particulares, trabalhos de informática (digitações), trabalhos em eventos e festas (garçons, seguranças), vendas de roupas e cosméticos, dentre outros.

Quando perguntado aos estudantes se eles não possuíssem os benefícios quais estratégias utilizariam, 73% responderam que teriam que trabalhar, porém teriam que exercer alguma atividade que conciliasse com os horários das aulas ou, então, teriam que fazer outro curso, em horário noturno ou, até mesmo, desistir de continuar com os estudos, teriam que abrir mão de realizar o sonho de ter uma profissão:

“Como meu curso é diurno, não seria fácil conciliar emprego e trabalho, mas tentaria algum trabalho autônomo, fazendo meus artesanatos ou mesmo como vendedora ambulante de algum tipo de artigo. E tentaria bicos como trabalho de garçonete para tentar me manter e não perder minha vaga” (*Part. n. 18, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

Na percepção desses estudantes, fazer um curso superior sem a assistência estudantil implicaria exercer alguma atividade remunerada, que conciliasse com os horários de aulas e isso envolveria o trabalho informal, pois a opção de um trabalho formal impediria a realização dos cursos, principalmente os diurnos.

Dentre os demais, 20% responderam que economizariam muito e tentariam conseguir bolsas de pesquisa ou extensão ou estágios remunerados, e 25% trancariam ou abandonariam o curso, como relatou um estudante: “Não faço ideia. Provavelmente teria que deixar o curso, já que não teria como eu trabalhar para ganhar o suficiente para me manter e estudar paralelamente” (*Part. n. 21, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

### **6.5.2. Importância da Assistência Estudantil:**

A assistência estudantil foi considerada importante para 100% dos beneficiários, pois proporciona a continuidade dos estudos para muitos indivíduos, facilita o acesso e a permanência dos estudantes, contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional, porque:

Possibilita a muitos cursarem uma universidade, quando, sem essa assistência, não seria possível (*Part. n. 11, CCB, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

Por que de certa forma nivela os estudantes dando a eles possibilidades de desenvolvimento e crescimento, social, cultural e principalmente profissional (*Part. n. 25, CCA, sexo feminino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Por que é um fator que minimamente consegue corrigir quadros de desigualdade social e permite que estudantes em vulnerabilidade social possam estar dentro da universidade, pelo menos no que se refere à moradia e alimentação, mesmo sabendo que assistência estudantil deveria traduzir ações muito mais amplas (*Part. n. 33, CCB, sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos*).

Por proporcionar a manutenção de estudantes na Universidade. Contribuindo para com o desenvolvimento de Capital Humano em grupos sociais de baixa renda (*Part. n. 36, CCE, sexo masculino, na faixa etária de 18 a 24 anos*).

De acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a assistência estudantil é importante para garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das instituições de ensino superior públicas, na perspectiva do direito social e, ao mesmo tempo, proporcionar as condições básicas para sua permanência na Instituição. Além disso, visa assegurar aos estudantes os meios

necessários ao pleno desempenho acadêmico, contribuindo na prevenção e erradicação da retenção e da evasão, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas. Uma vez que a capacidade intelectual e de formação básica dos estudantes foram avaliadas e aprovadas no processo seletivo de acesso à Universidade, o apoio aos estudantes vulneráveis é essencial, pois, para muitos estudantes, com renda familiar insuficiente, representa uma garantia de permanência na Universidade e término do curso.

As universidades que mantêm programas de assistência e realizam o acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados constatam que seu rendimento escolar médio é igual, estatisticamente, ao dos demais estudantes. Isto comprova que é compensador investir na assistência estudantil (NASCIMENTO, 2011).

### **6.5.3. Investimento em Capital Humano**

A abordagem sobre capital humano foi feita na intenção de verificar a percepção dos estudantes quanto à importância da assistência estudantil, como forma de proporcionar ao estudante a oportunidade de dar continuidade aos estudos para obter melhor qualificação.

Na perspectiva da teoria do capital humano, quanto mais conhecimento e capacitação um indivíduo possui, maiores são as chances de se ter um emprego e com melhores salários. A maioria dos estudantes (82%) concorda que a assistência estudantil contribui para o desenvolvimento do capital humano, a partir do momento em que proporciona a chance de concluir um curso superior e adquirir capacitação para ingressar no mercado de trabalho em melhores condições. Consideram que os benefícios recebidos contribuem para a sua formação não somente proporcionando oportunidade de concluir um curso da educação formal, mas também como experiência de convívio social e preparo para enfrentar o mundo do trabalho formal, conforme os relatos:

Eu tenho essa noção porque sou do movimento estudantil. Com certeza os benefícios que recebo acrescem todas as oportunidades de melhorar de vida, começando com a oportunidade de estar em uma universidade (Part. n. 47, CCE, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

(...) Por usufruir do serviço de moradia, resido dentro da própria universidade, perto das bibliotecas e tenho boas condições de estudo. Além disso, considero que o fato de residir em alojamento contribui como experiência de convívio social, preparando-nos para as diversas situações no

ambiente de trabalho no futuro (Part. n. 49, CCH, sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos).

Em síntese, os estudantes consideram que, por meio da assistência estudantil, foi possível estar em uma universidade e, com isso, ter oportunidades de melhorar de vida, desenvolver capacidades e melhorar o senso crítico, além de promover a capacitação profissional.

Em contrapartida, para 11% dos estudantes o investimento em capital humano deveria ter uma perspectiva mais ampla. O acesso aos benefícios moradia e alimentação contribui para a frequência às aulas, mas são insuficientes para o acesso a outras qualificações complementares. Para estudantes com menor poder aquisitivo, a participação em cursos extracurriculares, congressos e outros é praticamente impossível, a não ser que recorram a alternativas de complementação dos recursos, como o desenvolvimento de atividades remuneradas consideradas como trabalho informal, se conseguir conjugar com os horários de aulas.

Estudos recentes a respeito de capital humano vêm afirmando um conceito amplo e menos ligado ao binômio escolaridade e crescimento econômico (BECKER, 1993). Ao conhecimento adquirido e à capacidade de execução de tarefas vinculam-se a capacidade de ser e de viver em conjunto e o crescimento da personalidade na sua totalidade, de forma que o indivíduo possa ser o protagonista da própria vida. O capital humano passa a ser constituído, então, pelo conjunto de conhecimentos e pelas competências que a pessoa vai adquirindo ao longo de sua vida, quer na convivência familiar, quer na educação formal, quer por outros meios, que favoreçam sua inserção no mercado de trabalho.

## **7. CONCLUSÕES**

A percepção dos estudantes acerca da assistência estudantil, de modo geral, revelou-se positiva quanto à interferência dos benefícios concedidos na sua vida acadêmica, familiar e em suas condições de prosseguir seus estudos.

No contexto da vida familiar, consideram que a assistência estudantil contribuiu significativamente para a sua manutenção na Universidade, representando uma grande ajuda no orçamento familiar, um alívio nas despesas e a possibilidade de

investir em outras necessidades da família. Além disso, foi condição para que o estudante prosseguisse com os estudos. Assim, por meio da assistência estudantil, foi possível a realização de seus objetivos, de obter um curso de graduação, o que repercute na sua vida profissional, familiar e social e, principalmente, nos aspectos financeiros e econômicos.

Em relação à vida acadêmica, a interferência dos benefícios foi positiva para quase todos os estudantes, haja vista que o coeficiente de rendimento acadêmico dos estudantes assistidos está em média geral entre 70 e 90%, considerado muito bom para o desempenho curricular. Os dados sobre os índices de diplomação e retenção revelam que a assistência estudantil tem exercido influência benéfica na vida acadêmica, proporcionando ao estudante condições de concluir seu curso no tempo padrão exigido para cada curso.

Os índices de evasão encontrados são relativamente baixos quando comparados com a média dos índices nacionais, apesar de se perceber um ligeiro aumento entre os beneficiários do Programa de Assistência Estudantil no período estudado. Porém a tendência da Instituição, de modo geral, é de diminuição do número de evasões nos últimos cinco anos.

A maioria dos estudantes percebe a assistência estudantil como elemento determinante no desenvolvimento do capital humano, a partir do momento em que proporciona a chance de concluir um curso superior e adquirir capacitação para ingressar no mercado de trabalho em condições mais competitivas. Os benefícios recebidos contribuem para a sua formação não somente proporcionando oportunidade de concluir um curso da educação formal, mas também contribuindo para maior experiência de convívio social e preparo para enfrentar o mundo do trabalho formal. Além disso, as expectativas são de que poderão obter melhores cargos e salários para poderem, inclusive, ajudar suas famílias.

A maioria dos estudantes considera que os benefícios concedidos eram suficientes na medida em que supriam as necessidades de moradia e alimentação, de acordo com os objetivos propostos pelo programa, o que demonstra a sua eficácia.

Assim, pode-se concluir que o programa oferece estímulos para que o estudante não desista de continuar no curso superior, pois os auxílios têm contribuído para o seu desempenho acadêmico. Dessa forma, estudantes oriundos de famílias de baixa renda estão tendo mais oportunidades sociais, com acesso a um curso superior, melhoria da qualificação e capacitação para o ingresso no mercado de trabalho, enfim com novas perspectivas de vida.

## **8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, 2007. Disponível em <[www.andifes.org.br](http://www.andifes.org.br)>. Acesso em: 02 ago. 2012.

BECKER, G.S. **El Capital Humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

BECKER, G. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education**. 3. ed. Chicago: The University of Chicago, 1993.

BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHÃES, G. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. 2. Ed. Viçosa: Ed. UFV, 2006.

BRASIL. **Carta Magna Brasileira de 1934**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10 set. 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – Brasília: Senado federal, UNESCO, 2001. 186p. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)>. Acesso em: 02 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília, 2011.

Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17212](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17212)>. Acesso em: 02 fev. 2012.

CAMARGO, J. M.; ALMEIDA, H. **Capital Humano e Pobreza**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1994. (Texto para discussão, n. 319).

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 9. Ed. – Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro, **Revista de Administração Pública**, 37 (5), set./out., 2003.

FILHO, R. L. L.; MONTEJUNAS, P. R.; Hipólito, O.; LOBO, M. B. C. M. A Evasão no Ensino Público Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, p. 641-659, set/dez. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios - resultados da amostra**. Brasília, 2012. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=2240](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=2240). Acesso em 12/12/2012.

LOBO, M. B. C. M. **Panorama da Evasão no Ensino Superior Brasileiro: Aspectos Gerais das Causas e Soluções**. Instituto Lobo/Lobo e Associados Consultoria. Disponível em: <[http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/documentos/Final\\_Apostila\\_Palestra\\_ABMES\\_Evas%C3%A3o\\_Modo\\_de\\_Compatibilidade.pdf](http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/documentos/Final_Apostila_Palestra_ABMES_Evas%C3%A3o_Modo_de_Compatibilidade.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2012.

NASCIMENTO, V. **Relatório da Pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. SIPE – Sistema de Informação do Perfil do Estudante. Brasília: ANDIFES/FONAPRACE, 2011.

SOARES, R. R.; GONZAGA, G. **Determinação de salários no Brasil: dualidade ou não-linearidade no retorno à educação?** Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1997. (Texto para discussão, n.380).

SILVA, M. O. S. (org.) **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática.** São Paulo: Veras Editora, 2001.

UFV. Universidade Federal de Viçosa. **Relatórios Anuais.** Viçosa, MG: 2007 a 2011.

ZAMBERLAN, C. O.; POZZOBON, I. M. Evasão do Capital Intelectual das Universidades Públicas: estudo na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista ADM. MADE**, ano 10, v. 14, n. 2, p. 95-109, maio/agosto, 2010.